

CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

REBECA NAYLA VITURINO DOS SANTOS

SOFRIMENTO DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO: UMA CRÍTICA
APARTIR DO MODELO LIBERTÁRIO ANARQUISTA.

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2019

REBECA NAYLA VITURINO DOS SANTOS

SOFRIMENTO DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO: UMA CRÍTICA
APARTIR DO MODELO LIBERTÁRIO ANARQUISTA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
Curso de Psicologia, do Centro Universitário
Dr. Leão Sampaio, como requisito obrigatório
para obtenção do título de Graduada em
Psicologia.

Orientador: Marcus Cezar de Borba Belmino

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2019

SOFRIMENTO DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO: UMA CRÍTICA APARTIR DO MODELO LIBERTÁRIO ANARQUISTA.

Rebeca Nayla Viturino dos Santos¹
Marcus Cezar de Borba Belmino²

RESUMO

É certo que os processos de educação excludentes estão transitando para tornarem-se inclusivos, no entanto, ainda conservam em suas formas uma dimensão excludente demonstrada principalmente nos sofrimentos subjetivos gerados nesse processo, como aflição e angústia, que desviam do real sentido de integrar as pessoas, relações e suas diferenças. O presente artigo apresenta a construção de uma crítica a essa transição, apontando e propondo uma compreensão a partir do modelo de educação anarquista que dê subsídio à visibilidade das necessidades de inclusão que não se refere apenas a adesão, mas a uma inclusão do que é diferente, de fato, no espaço comum e no campo. A educação inclusiva deve abarcar, então, múltiplos aspectos como os culturais, sociais, étnicos, de gênero, religiosos, afetivos, artísticos, de aprendizado e de necessidades especiais. Com um estudo exploratório com análise bibliográfica que corresponde a informações básicas que serão aprofundadas com o campo investigatório para esse estudo. A análise qualitativa possibilita informações subjetivas para uma interpretação mais ampla para um posicionamento crítico.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Exclusão; Anarquismo; Contexto; Acessibilidade.

ABSTRACT

It is true that the processes of excluding education are transiting to become inclusive, however, they still retain in their forms an excluding dimension demonstrated mainly in the subjective sufferings generated in this process, such as distress and anguish, that deviate from the real sense of integrating people, relationships and their differences. This article presents the construction of a critique of this transition, pointing out and proposing an understanding based on the model of anarchist education that gives support to the visibility of the needs of inclusion that refers not only to adherence but to an inclusion of what is different, in fact, in the common space and in the field. Inclusive education should therefore encompass multiple aspects such as cultural, social, ethnic, gender, religious, affective, artistic, learning and special needs. With an exploratory study with bibliographical analysis that corresponds to basic information that will be deepened with the research field for this study. Qualitative analysis provides subjective information for a broader interpretation of critical positioning.

Keywords: Education; Inclusion; Exclusion; Anarchism; Context; Accessibility.

¹ Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. E-mail: naylla7@hotmail.com

² Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. E-mail: marcuscezar@leaosampaio.edu.br

1. INTRODUÇÃO

É possível identificar o despreparo do atual modelo educacional regente que desviam do real sentido de inclusão, preparando os sujeitos para uma vida comum na qual não pode ser vivida por eles sem o devido preparo ambiental em relação as suas necessidades ou liberdade de expressão, que normalmente não são considerados nas escolas por falta de abertura com o “diferente” ou de habilitação especializada para atuar com esse objetivo (DA SILVA, 2009).

As perspectivas de inclusão construídas a partir das críticas ao modelo tradicional excludente são válidas e até convergem com as críticas feitas pelo modelo libertário anarquista, no sentido de considerar o enquadre e a padronização dos indivíduos nesse processo sem considera-los em sua subjetividade e características individuais, resultando em uma série de sofrimentos vivenciados em dimensões específicas. Entretanto, o modelo de inclusão que temos ainda ocorre em uma lógica reducionista da adesão, não considerando os sofrimentos vivenciados em dimensões subjetivas, como a angústia pela não adequação aos modelos normativos e a aflição pelos moldes de agregação em um espaço que mesmo recebendo o diferente, ainda o exclui (DA SILVA, 2009).

Segundo Da Silva (2009), se compreende como educação anarquista, a educação que faça pensar e não ensine a obedecer sendo pressuposta a negação de qualquer forma de dominação, a mesma possibilita uma composição integral no desenvolvimento do indivíduo através da educação, com práticas que esclareçam algumas medidas interventivas para contribuir com esse desenvolvimento, com propósito de alfabetizar e ao mesmo tempo socializar esse sujeito. Tais medidas são baseadas nos congressos da Associação Internacional (AIT), procedendo-se por meio do libertário Mikhail Bakunin (1814-1876), sendo assertivo na sua perspectiva de que educar não é aceitação de autoridade e sim produção e encorajamento das perspectivas de rebeldia. Quando as metodologias educacionais são embasadas na política estatal e na religião, é importante e produtivo que a criança tenha um ambiente que a possibilite se expressar com valores como: respeito, autenticidade, liberdade, solidariedade, afeto e reciprocidade, Logo, o caminho de puni-las não se torna efetivo e sim adoecedor.

É compreensível que cada criança tenha a aprendizagem em um tempo diferente e a manifeste de formas diferenciadas. Interessa, portanto, que suas particularidades sejam

acolhidas, visto que o modelo educacional anarquista concebe a criança como um ser com necessidades distintas, preferências exclusivas e inteligências múltiplas, diferente do que o atual modelo tradicional refere-se à criança como um ser humano que está incompleto (DA SILVA, 2009)

Incluir carrega o significado abrangente de atribuir e reconhecer e, ainda de acordo com Da Silva (2009), está para além de inserir contribuir para o aprendizado e evolução do sujeito com espaço necessário para caracterização de experiências rotineiras. A importância em possibilitar às crianças oportunidade de manifestações autênticas pressupõe ajustes no espaço. Logo, adequar o indivíduo ao espaço é oposto de incluir.

Desde 1996 o modelo de inclusão vem sendo proposto nas escolas. Com a LDB (Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional), houve o vislumbre de um ambiente que deve ser espaço para que todos tenham voz nas diversas formas de ensino e aprendizagem, com concepções flexíveis ao modo particular de cada ser (como espaço, formas e tempo de aprendizados diferentes).

O respeito foi dando lugar ao pensamento na atuação tradicional, que desde seu surgimento vem educando e ensinando a perspectiva da adequação dos sujeitos ao ambiente. Este último, por diversas vezes, não consumou o aprendizado por não propiciar ou acolher em suas temáticas, práticas e estruturas que compreendem as subjetividades, culturas, ou tolerância ao que é particular da criança em termos de habilidades específicas (FERREIRA, 2009).

A finalidade da educação anarquista se associa com as proposições da educação inclusiva a partir da compreensão do sujeito como um ser particular e único em seu espaço e tempo, diferenciado do convencional. Consideram-se as criatividades reconhecendo-as no processo de aprendizagem dentro do direito de ser diferente e de não seguir padrões. (FERREIRA, 2009).

A presente pesquisa busca identificar a potencialidade da inclusão dentro do paradigma anarquista, quando esta inclusão sai do sentido reducionista de adesão e é empregada no desenvolvimento da autonomia, liberdade, empoderamento e responsabilização. Uma inclusão que necessita de um caráter que não descarte a subjetividade, cultura e liberdade de expressão e que considere as diferenças.

Os objetivos específicos desse trabalho é proporcionar mais conteúdos para pesquisa

acerca dos temas correlacionados aqui. Almeja-se que, com esse artigo, se oportunize o interesse das (os) leitores a despertar uma conscientização referente ao atual modelo educacional que desenvolva uma criticidade da temática em questão. É sabido que a aceitação ao diferente é um desafio que permeia, além das políticas de inclusão e reflexão, as mudanças de comportamento considerando o lugar de fala de cada indivíduo como oportunidade de todos (FERREIRA, 2009).

1. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, com análise qualitativa e bibliográfica tendo em vista que serão utilizados a produção acadêmica que seja relevante ao tema, considerando que há produções que não contém data, onde as buscas se deram nas seguintes plataformas: PePSIC, Scielo, Google Acadêmico, BVS. Foram utilizados como principais descritores: Educação; Inclusão; Modelo Tradicional e Modelo Libertário Anarquista, com influências de textos referenciados nas primeiras pesquisas tais como livros, artigos de revistas ou material eletrônico. A Pesquisa bibliográfica permite que se inicie o trabalho científico com informações básicas para a etapa investigatória, possibilitando uma maior aproximação do conteúdo estudado, tendo em vista a amplitude do processo. Já a análise qualitativa permite obter informações subjetivas que possibilitam melhor interpretação para a tomada de posicionamento crítico.

Em relação ao método utilizado na abordagem da pesquisa, o método hipotético dedutivo se refer à percepção de um lapso a cerca de um estudo que gera hipóteses e, através deste processo, se afere a prevenção da ocorrência de feitos abordados pelas hipóteses. Com isso é possível interligar os interesses comuns do dois temas abordados nesse artigo, bem como elaborar uma correspondência sobre os mesmos. No que se refere aos procedimentos, a pesquisa utilizará o histórico que consiste em investigar ocorrências passadas e processo, com intuito de verificar os impactos sociais na atualidade, como comparativo de proposta futura e novos modelos para reafirmá-los.

2. Educação, exclusão e o modelo tradicional de educação.

Inclusão é aumentar, adicionar, entender e receber o diferente de forma que o campo se adeque a suas necessidades ou modos de diferenciações. É atender às demandas específicas de um sujeito ou classe que necessita, implementando a acessibilidade com ferramentas

especializadas frente ao modelo educacional regular para que tais particularidades sejam atendidas. Acima de tudo, é fornecer suporte teórico, metodológico, pedagógico, emocional, estrutural, subjetivo, técnico e tecnológico no intuito de viabilizar esse processo. É saber que quem aprende também ensina, que há importância em ser diferente, que a união faz a força e a separação causa danos que às vezes são irreparáveis. Incluir significa considerar as diferentes formas criativas de se expressar, representa integrar e unir para conquistar. Incluir não significar propiciar apenas espaço especializado, isso é segregar. Não significa considerar as convivências específicas ou seguir uma forma unilateral de aprendizado, ensinamento, avaliação e desenvolvimento. Cronometrar um tempo para evolução de todos é excluir, por fim, acreditando que há inclusão sem os meios necessários para que esta ocorra e investindo em uma falsa inclusão onde a exclusão é recebida por quem mais necessita dela (MRECH, 2007)

Mattanza (2008) salienta a importância de promover bem como exercita o respeito pelas diferenças e o desconhecido é nessa perspectiva que se encontra o direito de praticar sua liberdade sem retirar o direito do outro, a partir dessa filosofia de vida que se insere os primeiros passos a inclusão, promovendo para cada ser individualmente e respectivamente no coletivo, a capacidade de desenvolvimento e acolhimento. Só se reconhece a diversidade adrede a sua vida quem a conhece inicialmente nos moldes teóricos em seguida práticos, portanto para incluir é incorpora-se da equidade, pois a igualdade só favorece aqueles que estão no mesmo patamar. Para que essas ações cheguem até a vida dessas pessoas que não praticam a inclusão por estarem nesse padrão, é pertinente que exista e pratique políticas públicas inclusivas por meio de projetos, informativos, práticas e discussões, fazendo-se necessário que as pessoas excluídas sejam ouvidas e sugestionem sobre como podem possibilitar a inclusão, tendo em vista que é primordial respeitar o lugar de fala.

Ao apontar o contexto da educação Sousa (2018) dar início aos aspectos da educação colonial com a primeira imposição de governo geral com Dom Pedro Alvares Cabral, em seguida a integração do final do século XVIII com tal governo e por último as influências de Pombal com a educação elitista e hereditárias influências políticas. Posteriormente há a educação imperial com a independência da república, possibilitando uma lei educacional que garantia a educação básica gratuitamente a todos com a constituição de 1824, no artigo 179 que se concedeu em 1827, onde surge também as primeiras opressões religiosas com a obrigatoriedade de um ensino católico. As exclusões educacionais deram partido com o colégio Dom Pedro II, no qual só ele emitia certificado de ensino médio público, bem como limitações de entrar nos cursos de direito se não houvesse o certificado de bacharelado do ensino médio.

No período educacional da república velha se inicia os primeiros passos para a laicidade com as províncias tomando de conta da educação básica, ainda assim a educação se mantia elitista pelas intervenções coronelistas da época com o apoio do estado, só em 1924 com a Associação Brasileira de Educação que se possibilita influências intelectuais dos filósofos da época. Na era Vargas, outro centralizador de poder elabora o ministério da educação e saúde colocando como responsável Francisco Campos que mais tarde influenciaria em reformas educacionais, são elas: ensino secundário em fundamental; em seguida o ensino complementar como porta de aberta para o ensino superior que era dividido em três categorias: medicina, arquitetura e direito. Bem como a divisão das responsabilidades da igreja como ensino espiritual e o estado como ensino público (SOUSA1 2018).

Porém, a igreja adentra o campo educacional com estratégias de ações sociais nas quais o estado não poderia intervir por carregar questões ideológicas que a bater de frente com a ideologia libertária conseguiu aval e investimento do estado para o retorno do ensino religioso nas instituições educacionais. Com isso, surge o “Manifesto dos Pioneiros” por uma educação pública gratuita e laica como estratégia de acabar com a elitização educacional. Com o surgimento da Educação na Curta República mudou-se o ministro para Gustavo Capanema que propiciará uma reformulação para o ensino de todas as etapas com questões técnicas de âmbito profissional, porém que ainda mantém o elitismo (SOUSA, 2018)

Segundo Sousa (2018) após diferentes transformações em 1961 surge as primeiras influências da LDB que após diversos debates a Lei nº 4.024 acabava que por beneficiar o conservadorismo onde as escolas particulares recebiam recursos públicos dando surgimento a privatização de ensino. Com as influências nos anos seguintes pôde-se conhecer o modelo educacional de Paulo Freire que visava uma educação baseada no diálogo sem centralização do poder.

Historicamente a educação inclusiva se introduz nos Estados Unidos com a instalação de uma Lei Pública 94.142 de 1975, que corresponde a integração de crianças com necessidades especiais a escola onde a mesma afirma não poder separar uma criança das outras no processo de aprendizagem por alguma deficiência ou limitação, com a implementação de políticas com medidas inclusivas. No estado da Califórnia existe uma administração responsável somente pela avaliação e sustentação dos projetos inclusivos já concretizados nas escolas. Outro ponto marcante é a declaração de que as escolas inclusivas estejam prontas para receber todos, e que para isso é necessário que haja modificações na grade das matérias escolares com adaptações a essas distinções, sejam elas subjetivas, individuais e coletivas,

correspondente a alguma deficiência ou diversidade. Propõe-se que a mesma conte com novos espaços adaptados de lazer, atividades diferenciadas, atuação direta da comunidade onde a escola se insere, avaliações pessoais por parte de quem utiliza do serviço escolar e sempre buscando observar as relações como foco de transformação. A partir disso novos avanços referente a inclusão foram dados em todo o mundo de forma gradativa, na Comunidade Britânica existe um centro de estudos especializados em inclusão CSIE em que foi decorrido em Bristol, onde se oficializa as documentações necessárias a essa variedade educacional. No Brasil a inclusão educacional surge com Inciso III do artigo 208 da Constituição Brasileira para propiciar a garantia de direito a instrução educativa escolar para crianças com alguma deficiência, no qual no decorrer dos anos foi se aprimorando as propostas inclusivas por garantias legislativas com o apoio do MEC em 1994, colocando como ponto principal os investimentos a projetos que estavam relacionados a educação inclusiva, de lá pra cá aos poucos os direitos de inclusão foram se aprimorando pelas mudanças nas leis em 1996, em seguida em 2001 até se formalizar o atual modelo inclusivo na escola regular (MRECH, 2007; GLAT; NOGUEIRA, 2003).

Crosselli (2009) faz um resgate da obra de Foucault *História da Violência das Prisões 1975*, onde o mesmo relata a opressão na execução de direitos dos sujeitos com o consentimento do estado através de uma logística violenta de punições corporais e tortura dos condenados por algum cometimento de penalidade social, essa metodologia era comum a outros contextos que sempre houve a classe dominante (burguesia e governo) e a classe dominada (população e minorias) com os acontecidos extremistas a população da França passou a se compadecer a essa situações, na busca de uma reformulação na reestruturação desses sujeitos, tais mudanças promove a retirada das excursões de vingança por meio da vigília e punição para aplicação de penas embasadas em algumas concepções, o que antes atingia diretamente o corpo agora afeta a alma.

Focault (1975) percebe essas ações como forma de ressocialização para a manutenção do controle das classes dominantes em benefício do capitalismo, e caracteriza como adestramento o que acontece no sistema penal que se assimila com outros meios sociais como a escola. Essa forma de disciplinar se caracterizava pelo enquadramento e dominação na qual as medidas de repressão que deveriam combater a criminalidade na verdade alimenta e segrega em benefício do governo, se tornando um limbo social. O mesmo retrata os aspectos liberais como fonte de humanização, pois, essa logística de vigiar e punir é o que mantém o controle social garantindo

sempre a dominação do povo oprimido, logo, um povo pensante não se permite sustentar esse molde submisso e desumano (CROSSELLI, 2009)

É concebido historicamente que a escola tradicional sugestionou no método de ensino formal e que a mesma vem perpassando mudanças até os dias de hoje. A implementação desse modelo institucional se dá a partir do “ sistema nacional de ensino” que se acendeu a partir de um regime ríginoso direcionado unicamente a educação que se unifica no século XX na Europa pelas instituições públicas. Porém, é percebido as primeiras controvérsias desse modelo educacional ao se propiciar a uma classe um estilo de se produzir educação baseado em uma camada social em que sua condição financeira e status social é totalmente diferente dos usuários desse sistema como a inspiração na burguesia, em nome do benefício de todas as pessoas através da responsabilidade do governo de proporcionar educação sem algumas diferenças entre os estudantes (LEÃO, 1999).

O conceito de educação se compreende a partir do entendimento etiológico da palavra, com denotação de termos latinos que significa conduzir para fora, ou seja, determinar uma direção que se harmoniza com o significado da palavra ensina que é atribuir um destino ao indivíduo. Dessa forma se interpreta como educar a orientação que se permite as pessoas para trilhar caminhos com intuits de gerar crescimento ao sujeito. Educação é a conquista da associação entre a teoria e a prática de algo existente entre o saber e o fazer, afirmando que a mesma é um crescimento gradativo de intersubjetividade. A educação acadêmica é apresentada por uma instituição que produz conhecimentos necessários ao meio social para a própria existência e o convívio em comunidade (SAMPAIO; SANTOS; MESQUIDA, 2002).

Com as leis de inclusão obrigatória nas escolas foi possível conceber alguns avanços, a inserção de algumas estruturas físicas adaptadas especificamente para pessoas com necessidades especiais, investimentos financeiros como prioridade para repasse de verbas e investimentos em interpretes em sala de aula, a obrigatoriedade de que o aluno com limitações físicas ou cognitivas estejam dentro do mesmo espaço dos alunos que carregam a cultura padronizadora bem como aos poucos foram investido políticas que proporcione a conscientização da cultura inclusiva buscando combater a descriminalização buscando propiciar a interação entre todos que ocupam o espaço educacional, tendo em vista que crianças com limitações ou consideradas excluídas por algum meio social sentem de uma forma mais intensa essa dificuldade (BRASIL, 2016).

A lei Brasileira de inclusão (13.146/2015) proporcionou alguns direitos específico a

crianças e adultos que necessitam de atenção especializada por limitação física ou cognitiva, como por exemplo a lei que viabiliza a capacidade civil com direito a exercer união estável com direito a procriação e sem distinção de condições as outras pessoas, criou-se uma penalidade jurídica de três anos para o sujeito que exercer a exclusão, agir de forma a prejudicar pessoas com necessidades especiais ou descriminalizar. Dentro da área esportiva foram aprimorados esportes que se adequassem as limitações e valoriza-se o potencial encontrado em pessoas com deficiência. Criou-se o auxílio inclusão que é um benefício social atribuído por ordem da previdência social como garantia de poder exercer seus direitos como também a garantia de poder trabalhar ou se especializar a uma profissão. No que tange a inclusão escolar especificamente as leis abarcam todos os níveis de ensino com garantia de direito ao estudo e atendimento especializado dentro de sala como uma sala específica para o desenvolvimento desse atendimento e para além disso há proibição para os colégios particulares que cobrem além do valor padrão por esses atendimentos. (BRASIL, 2016).

Se tratando de política educacional inclusiva a priori se pensa na atuação dos professores que passam pelo processo de limitações pelo ensino regular e os estigmas carregados por concepções premeditadas, é sabido pelas instituições educacionais a obrigatoriedade hoje em dia de garantia na vaga do aluno que necessita da inclusão, onde a mesma só foi possível após a implementação das leis que apesar disso ainda se sabe sobre os dilemas encontrados nesse processo no qual tem dificuldade de ser sustentado, são eles: a compreensão da inclusão como processo, a “necessidade” social de expor sempre o indivíduo que precisa ser incluído, o preconceito tanto pelas diferenças quanto por possuírem leis que garantam seus espaços serem vistas como privilégios, a resistência em acreditar na mudança e conceber a mesma como um processo e não ser uma cultura imediatista. (BRASIL, 2005).

É entendido que algumas dificuldades de inclusão ultrapassam os muros das escolas como por exemplo a comunidade em que algumas pessoas vivem, sua condição financeira, o apoio familiar, a ausência de outros locais que promova esses cuidados bem como ações que atendam suas demandas. Dentro disso a pedagogia permite que haja uma flexibilização no currículo do educando inclusivo para que as mesmas facilitem o meio de desenvolvimento pessoal e coletivo, é a partir disso que se fundamenta a política de inclusão, espaços que se adequem a receber os sujeitos inclusivos (BRASIL, 2005).

Tendo em vista que a educação é o que possibilita a composição da cidadania, e que

as escolas ainda reproduzem o modelo tradicional que se caracteriza pela transferência de informações, onde em sua prática educação se constitui como processamentos de elaboração comunitária, que não permite ser obra individual, pois conhecimento significa construir e não reproduzir. A ideia de educação se define como uma construção coletiva através de um processo, sendo comunidade que forma e produz a própria comunidade. A educação escolar deve propiciar o empedramento de alguns fatores autônomos para o/a sujeito/criança, no processo de aprendizagem, como: o amadurecimento da cidadania, o desenvolvimento da consciência no sentido prático para uma educação comunitária de forma efetiva. No modelo tradicional da educação, torna-se evidente uma abordagem prática no processo educativo, com a capacidade de autonomia focada apenas em aspectos técnicos, pouco emancipatórios, relacionados mais consistência coletiva que consciência coletiva. Uma metodologia que contribuiu pouco para o desenvolvimento da autonomia do sujeito na educação (JAQUES; SILVA, 2013).

É conhecido sobre a relação de poder e libertação nas interações sociais das classes dominantes, onde a primeira sempre está exercendo esse controle sobre a segunda para que um povo que não pense não se liberte, logo, a classe instruída de conhecimentos reivindica seus direitos ao estado e movimenta a população em busca de mudanças como ocorreu no processo de reivindicação da população francesa (CROSSELLI, 2009 apud FOUCAULT, 1975).

Educação tradicional ou educação moderna se configura com a amplificação do final do século XVIII e início do século XIX fomentado pela revolução industrial, esse modelo escolar carrega a característica de intitular o professor como a imagem de quem tem o saber total, com obrigatoriedade de produzir cidadania por meio da escola como uma conquista de direitos ao ensino mediante as interações sociais. A educação tradicional tem um significativo de categorização com uma arbitrariedade de poder sob os estudantes, a instrução educacional é marcada por “verdades impostas” baseada em um modelo comum a todos, sem diferenciar as experiências das diferentes realidades referente as formas de aprendizado (PEREIRA, 2017).

Jaques e Silva (2013) discorrem ainda sobre as atuais críticas do modelo tradicional citado a cima do sistema educacional: A educação é “incongruente”, com uma prática distorcida do real sentido de produzir aprendizado ao afirmar o professor como centro das atenções e detentor da razão como obra individual. Sendo o conceito de educação dirigir para fora, orientar para o crescimento do sujeito apontado por Sampaio, Santos e

Mesquida (2002) a construção de conhecimento, observa-se a partir dessa crítica, que o que ocorre no modelo tradicional é a reprodução de uma forma individualista que apenas repassa conhecimento e não produz o novo através das escolas e instituições educacionais.

Desde que o homem é homem a educação se apresenta como um elemento fundamental da construção da comunidade e da subjetividade. A educação se operacionaliza na medida em que constrói e reconstrói a cultura, constrói e democratiza saberes, inclui atores, rememora a história, mitos e ritos e projeta sinais da sociedade futura que ela ajuda a edificar, costurando atos e pactos no tecido social (SAMPAIO; SANTOS; MESQUIDA, 2002, p.2).

Por sim, Jaques e Silva (2013) afirmam que a cultura da atual educação reprodutora é vista como um campo que não somente visa à individualidade, mas também aspectos competitivos nas relações, com poucas propostas de união, e quando essas são implantadas, existe uma dificuldade que é a sociedade imediatista, demandada de um projeto social e comunitário com uma construção que requer um processo para tal efetividade, logo, o reconhecimento dessa produção não pode ser reconhecido em curto prazo. Os autores apontam aspectos que produzem sofrimentos na vida desses estudantes pelo modelo comum por meio das vivências que geram nas crianças através do ideal individualista e competitivo, se contradizendo da proposta de educar por não propiciar a comunhão sendo relevante considerarmos a dificuldade de mudança dessa logística educacional, observando nossa sociedade como imediatista que demanda mudanças repentinas. Os mesmos refletem sobre a educação nesse modelo se tornar incompleta e reducionista através desse olhar unilateral.

[...] por mais que se busque o direito à diversidade, existem processos educacionais que conduzem a humanidade a um declínio civilizatório por não construírem cidadania autônoma e planetária e sim, cooperarem para a instalação de dependências populares e imposições de ideologias questionáveis. (JAQUES; SILVA, 2013, P. 32)

Para Jaques e Silva (2013) os processos educativos para serem transformados socialmente é necessário que se implementem projetos nas escolas que propiciem a cidadania e ações de ideais inclusivos e libertários. Os autores criticam o modelo tradicional como uma prática educativa conservadora, restritiva e excludente tendo em vista que os sujeitos que não se enquadram no modelo tradicional sofrem por esses aspectos já citados, quem são os sujeitos da exclusão/inclusão? São sujeitos que se caracterizam pelas seguintes particularidades: Necessidades Especiais e Acessibilidade (estudantes com limitações

físicas ou cognitivas e transtornos mentais); Minorias Religiosas (estudantes de matrizes espiritistas, espiritualistas, de base afro-brasileiras, orientais, ou ainda laicidades); Minorias Étnicas (negros quilombolas, ciganos, indígenas); Gênero (estudantes LGBTQ+); Socioeconômico e Geográfico (estudantes de comunidades agrícolas, ruralistas e industriais e classe menos favorecidas) e Marginalizados (estudantes em situação de rua, de mendicância, de drogadição e de favela). O autor Junior (2011) apresenta algumas das classes citadas a cima como menos favorecida no processo educacional no período da luta de classe quando se inicia o processo de educação anarquista no Brasil, a princípio os agrícolas, as categorias de menos condições financeira e acessibilidade eram educados em espaços públicos, conforme as outras demandas foram surgindo se houve algum “tipo de acessibilidade”, entretanto é notório que sobre as outras comunidades pouco se tem visibilidade, alcançabilidade ou documentos sobre esse sofrimento.

3.2 *Inclusão e políticas de inclusão*

Considerando o conceito de educação referido anteriormente, entende-se que a sua contribuição na construção e validação da autenticidade do sujeito está relacionada à sua integralidade, envolvendo diversos elementos com diferentes estruturas e fatores para também atuar na estruturação da comunidade e dessa forma entender que só existe educação quando educação/comunidade se relacionam continuamente com seus próprios “resultados”, de maneira que uma contribui diretamente na construção da outra, e para isso é necessário dar espaço para o crescimento contínuo e progressivo de acordo com o tempo de cada sujeito, com o próprio funcionamento da comunidade, e com a interação que ali é desenvolvida, para então perceber sua efetivação enquanto processo (SAMPAIO; SANTOS; MESQUIDA, 2002).

A inclusão perpassa a ideia de quem é o detentor da razão, ela se perpetua quando é na relação que se produz conhecimento, para além de um receptor e um transmissor, levando em consideração questões políticas, religiosas ou não, sociais, culturais e econômicas, que transpassam a construção humana em comunidade. Além desse questionamento quando o ser humano é negado de exercer sua autonomia ocorre um ato opressor que sucede no espaço que deveria integrar, pois ao descaracterizar o ser humano estamos o impossibilitando de exercer seu direito à liberdade e seguir seus valores e princípios. Dessa forma acontece a inclusão da heterogeneidade encorajando os adeptos e dando espaço para a aceitação e promoção do respeito entre todos (JAQUES; SILVA, 2013).

Jaques e Silva (2013) trazem uma concepção pertinente para a construção do respectivo trabalho, a divergência existente entre o modelo já estabelecido e as políticas de inclusão que passam quase que imperceptíveis a exclusão que ainda ocorre dentro do modelo que deveria propiciar a acessibilidade a tudo e todos, é importante pensar e considerar estratégias que precisam ser mantidas para a construção e evolução do ser humano. Existem alguns filósofos que pensam a respeito da educação inclusiva e emancipatória que surge com o intuito de incrementar o conceito de educação, que possibilite o acolhimento as diferentes práticas e questione as políticas educacionais que causam sofrimento para esse paradoxo que é excludente em ambos os contextos.

Sufrimentos de exclusão dentro do processo de inclusão ocorre quando os sujeitos são impossibilitados de exercer todas suas faculdades e quando os setores que deveriam dar acessibilidade para esse desenvolvimento, acabam que excluir as pessoas que necessitam dessa liberdade de serem incluídas. Bakunin (2003) corrobora com essa linha de pensamento ao afirmar que essa ação "anti-social" é uma forma de exercer essa relação de dominação através da desigualdade com a exploração de um indivíduo em benefício de outro. Luizetto (1987) afirma que somente por meios educacionais que se propicia reflexões acerca da conscientização libertários que permitam a condução de entusiasmar essa revolução social.

Segundo Junior (2008) é a educação formal ou tradicional que serve de instrumento para a ocorrência dessa opressão em que os educadores anarquistas buscam libertar-se através do ensino com a cooperação dos responsáveis pelos alunos na escola, educadores e os estudantes sem o uso de autoridade pelo saber. Pois a educação só é dividida pelas classes porque existe um sistema que se socializa a partir dessa dominação, logo o ensino burguês nega a adesão dessa conscientização em benefício próprio, com isso só ocorre educação libertária com uma sociedade que interaja a partir da liberdade na perspectiva anarquista, que só ocorrerá com a convergência de todos pelo direito integral a todos.

A partir disso entendemos que o processo de transição da exclusão para inclusão gerou duas vias de sofrimento: por uma via o sofrimento gerado pela simples adesão ao acesso de alguns que não integra realmente o contexto, o meio ao estudante com necessidades específicas, e por outra via o sofrimento gerado pela exclusão de outros, quase que se tornando uma inclusão perversa que é aquela inclusão que incluem para excluir. Na escola racionalista o exame para avaliação é abominado, pois a mesma só serve para satisfações dos pais e professores, sendo caracterizado como conjunto de interrogatório viabilizado pelo sistema, sendo a nota uma injustiça que promove desigualdade, portanto a proposta de escola libertário anarquista discorre sobre ensinar sem esperar em troca onde o crescimento se dê a

partir da solidariedade e sirva para as indivíduo atividades como o exercício escolar (GONZAGA, 2004).

3.1 Educação libertária anarquista

O surgimento do anarquismo se dá como um reflexo de um efeito baseado no contexto histórico, em que se consideram a ideologia da emancipação operária uma forma de autogestão. Nesse sentido compreende-se a negação de quaisquer influências política que o estado burguês queira intervir, conseqüentemente se recusa a educação burguesa e valoriza os herdeiros do proletariado para um futuro que não sirva a burguesia. Com isso, no termino do século XIX alguns fatores caracterizam o movimento anarquista, são eles: a proteção da integralidade dos funcionários, a determinação em se opor a conjuntura industrial, o antagonismo e a política partidária pôr fim a negação de uma pedagogia burguesia (JUNIOR, 2011).

Gonzaga (2004) declara a educação anarquista como conjectura que propicia aos indivíduos desencaminhamentos ao sofrimento exercido pelo modelo tradicional através da ruptura da “exploração do homem pelo homem” utilizando como propósito o desenvolvimento da consciência da comunidade através dos interesses em comum na divisão de responsabilidades a partir da valorização da cultura, e princípios que abarquem a necessidade de todos a partir da autogestão, com base na ideologia libertária sem submissão a algum governo.

A educação anarquista propõe uma coeducação de sexos e classes, uma ruptura com os conhecimentos filtrados pelos dogmas e interesses de igreja, que mantinham meninos e meninas em salas separadas ou o modo como se educava os ricos e os pobres, pois aos ricos era oferecida a educação científica/intelectual, formando-os para os cargos de submissão. Os anarquistas combateram esse modelo de educação e rejeitaram qualquer tipo de autoridade que limitasse a liberdade. Para os anarquistas, o essencial para libertar a educação da autoridade externa e interna era romper o elo que existia entre ensinar e governar (GONZAGA, 2004, P.4).

Como Educador Anarquista e Gestalt-Terapeuta podemos citar Paul Goodman (1930), que após a proibição de sua atuação como psicoterapeuta, dedicou sua vida a estudar os meios de se fazer uma educação pensante, que proporcionasse uma "liberdade" aos trabalhadores ao desenvolver a consciência de classe através de debates em meios

acadêmicos, expandindo as possibilidades de criação e criticidade dos indivíduos. Goodman encarava como afirmação da natureza humana aquilo que na sociedade é visto como delinquência, essa não aceitação das diferenças das pessoas é algo para ele visto como potencial subjetivo de cada ser, e precisa de um espaço acolhedor e propício para o seu desenvolvimento e existência.

O mesmo percebe que o problema, na verdade, seria a incapacidade na cultura americana na década de 60, de lidar com esses jovens de forma genuína nas suas expressões. A sensatez que a liberdade do ser humano não é dada por outrem, e complementa o conceito de liberdade contradizendo o dito popular que diz: "A liberdade de um indivíduo começa quando a do outro termina" pois, a liberdade só existe porque as duas acontecem ao mesmo tempo, significando comunhão, sendo ela mesma a condição que permite que a sociedade exista. Liberdade é comunhão, pois é um complemento auxiliado por partes que é visto como o todo, onde ser um sujeito livre requer um reconhecimento social e respeitado por todos quando o sujeito é excluído não há liberdade, contraposto a liberdade, o que é uma relação dominante que inclusive pode partir de categorias privilegiadas (BELMINO, 2017; GALLO, 1990).

Considera-se que a cultura institucionalizada e autoritária causa repressão, e dessa forma, Goodman desenvolve críticas à escolarização como uma forma de estar sob controle social sem permitir que os jovens produzam sentido a suas vidas. Ele associava a falta de espaço para o desenvolvimento produzido por essa cultura opressora das escolas americanas, aos contextos políticos e sociais. Essa forma centralista e mecanicista do modelo educacional gera medidas coercitivas utilizadas pelo governo para a levitação de produção política principalmente a classe operária, que reflete na revitalização desses jovens (BELMINO, 2017).

Paul Goodman (1960) compromete-se a estudar profundamente a natureza humana com investigações nas formas de relacionar-se culturalmente utilizando de uma visão de ser e de mundo para compreender as experiências humanas e suas relações. A partir do estudo de desescolarização com bases anarquistas, Paul Goodman proporciona não só aos EUA como ao mundo, dinâmicas de descentralização do poder e das formas de produzir saberes. (IDEM)

Conforme Gallo (1990) só existe liberdade quando todos forem livres, sem exceção

liberdade só existe quando todos nós formos livres dentro das concepções de responsabilidades de cada um como um todo por meio de análise de nossos princípios e a produção e evolução da consciência social onde todos autorizam as decisões e consequências das escolhas libertárias, sem que o direito de um atravesse o direito do outro. É por meio dessa relação que a comunidade cresce e se faz educação, sem excluir o diferente ou adequar formas específicas para o mesmo diferenciando do comum a essa sociedade, todos os alcances devem ser para o bem comum e visto como um sucesso de todos, por tanto enquanto existir uma classe dominante e outra escravizada não existe liberdade. O autor ainda afirma que só o modelo libertário anarquista pode viabilizar essa estrutura relacional, pois não há diferenças nos direitos e deveres para todos, é necessário reconhecer as potencialidades de cada ser e dar acessibilidade para o desenvolvimento das dificuldades que pode existir em cada indivíduo no qual se caracteriza o seu diferencial.

O direito à liberdade sem os meios de realizá-la não é mais que um fantasma. E nós amamos demais a liberdade, não é certo? Para que nos contentamos com seus fantasmas. Nós a queremos na realidade. Mas, o que é que constitui o fundamento real e a condição positiva da liberdade? É o desenvolvimento integral e o pleno gozo de todas as faculdades corporais, intelectuais e morais para cada um. Por consequência, é todos os meios materiais necessários a existência humana de cada um; é a demais educação e a instrução. Um homem morre de inanição, que se encontra esmagado pela miséria, que morre a cada dia de fome e de frio e que, vendo sofrer a todos que ama, não pode acudir em sua ajuda, não é um homem livre, é um escravo. Um homem que é condenado a permanecer toda a vida como um ser brutal, carente de educação humana, um homem privado de instrução, um ignorante, é necessariamente um escravo; e se exerce direitos políticos, pode estar seguro de que, de uma ou de outra maneira, os exercerá sempre contra si próprio, em benefício de seus exploradores, de seus amos. (GALLO, 1990, p. 48)

Para além da transferência de um país para outro, o modelo de educação libertário anarquista é também de orientações singulares. No Brasil, é a partir de um movimento que os trabalhadores fazem por se oporem as circunstâncias trabalhistas da indústria que os servidores lutam por autonomia, com essa conduta em relação aos grandes empreendimentos. A partir do século XX, com as influências da mão de obra de indústrias espanholas e italianas no Brasil, facilitava a luta por essa emancipação, com as corporativas que além de interceder pelos confrontos de classes, produziam o reconhecimento dessas profissões bem como a preservação desses empregos, logo viabilizava a valorização pela autonomia bem como produziam ensinamentos educacionais para os funcionários que ali

trabalhavam. (JUNIOR; 2011 apud BEIGUELMAN,1981)

Sferra (1987), afirma que após todo o período de construção de novas formas trabalhistas com garantia de mais direitos e liberdades, surge o anarcossindicalismo que se caracteriza por todas as manifestações sociais de caráter anarquista que viriam a desenvolver diferentes estratégias de conscientização no qual se valorizava os meios de comunicação através da cultura, escrita, do diálogo, com intervenções teatrais de forma que pudessem aproveitar o público nas conferências, entre outras formas de repassar os ideais da luta dos operários.

É interessante observarmos que de uma forma sofisticada, inicialmente, a igreja enquanto instituição e religião, deu os primeiros passos na construção de uma oposição frente à forma de produzir uma educação anarquista e libertária que se tinha e que era possível naquele momento, desrespeitando o saber que cada indivíduo reconhecia como melhor para si, quais seus próprios modos de aprendizado, tempos disponíveis e didáticas utilizadas. A forma como se perpetua a educação anarquista e como gerou incomodo nos governantes foi ostensiva e encabeçada pelo proletariado pensante. Um povo que pensa é um povo que não aceita se submeter à exploração para privilegiar a burguesia, é um povo que entende seus direitos e não se permite a exclusão da liberdade de suas expressões, sejam elas religiosas, culturais, trabalhistas e opiniosas. (JUNIOR, 2011; SFERRA, 1987)

Dessa forma, é possível perceber a disponibilidade de uma educação mais flexível aos diferentes níveis e tempos dos operários de se dedicar a um aprendizado que não só lhes educassem, como lhe garantissem direitos e produzissem conhecimento às classes menos favorecidas, graças aos privilégios dados a burguesia por parte do estado, fazendo com que os trabalhadores garantissem seus direitos não só enquanto classe, como também sujeitos individuais aceitos em seus diferentes contextos. (JUNIOR, 2011)

Para considerarmos o modelo de escola libertário anarquista no Brasil é considerável salientarmos as participações europeias com o modelo pedagógico diferenciado e voltado para os menos favorecidos que foram exercidos diretamente aqui no nosso país, que se deram com influência dos imigrantes na oportunidade de crescimento das empresas externas e possibilidade de educação ao povo antes ignorante, contribuindo para a formação de uma sociedade que agora estava sendo alfabetizada e para além das questões educacionais que se viam em sala de aula era valorizado outros tipos de profissões, a mão de obra desses profissionais era também uma conquista para o agricultor, culturalista, artesão entre outros. Os princípios desse modelo eram baseados inicialmente na problematização da realidade do séc. XX, com isso os menos

favorecidos e conseqüentemente mais prejudicados virão nas emprestas estrangeiras através dessa metodologia de atuação, uma oportunidade de para além de garantir seus direitos conquistar novos espaços e reconhecimento das profissões bem como a valorização subjetivo de cada sujeito, a partir dali as mudanças sociais estavam se iniciando mesmo que fosse pouco as conquista o que era necessário para ocorrer a autogestão pela movimentação social já estava acontecendo. (GALLO, 1990)

Percebe-se que as diferentes formas de atuação com educação anarquista da época se configuram informalmente, através da educação da população para a população, na garantia de seus direitos bem como a liberdade de expressão, que com a proliferação das informações e a revolução do proletariado o estado recorreria a novas formas de opressões em locais públicos que eram ocupados pelos manifestantes que instruíam os trabalhadores em seus horários livres, de modo que o governo estigmatizava os educadores sociais de rebeldes que tinham conflitos com a igreja católica por influenciarem os seus seguidores a lutarem por seus direitos, e que por sua vez, se contra posicionavam com interesses da igreja por se dedicarem a causas socialistas (JUNIOR, 2011; SFERRA, 1987).

A história da didática libertária no ensino brasileiro, tem seu desenvolvimento paralelo ao movimento de operários ao final do século XIX e início do século XX. Onde esse marco registra a luta de classes oprimidas contra o governo. Nesse período se faz presente pensamento anarquista de se contrapor a dominação capitalista organizada predominantemente pelo estado, ao mesmo tempo em que se propicia uma autogestão aos assalariados como proposta de produção e perpetuação de uma nova ordem onde em sua prática acontece de fato a democracia e só assim é possível viabilizar a consciência de classe que direcionasse a emancipação dos operários. É a partir desse ponto que o paradoxo percebido entre uma pedagogia libertária e a vontade de revolução se reduzem aos interesses em comum dos trabalhadores. Os primeiros passos dados no Brasil para uma educação com princípios libertadores, não tratava/trata somente do contexto educacional, um fator importante para o modelo anarquista é os caminhos revolucionários do proletariado ao lutarem por autonomia e produção de uma consciência social, na qual só se é possível colocar em prática essas questões para que a mesma se perpetue com a emancipação pelo direito da autogestão pois um povo que não pensa é sempre um escravo do estado (KASSICK, 2008).

Na prática é possível encontrar na história do nosso país escolas, universidades, centros educacionais que foram concebidos pelos anarco-sindicalistas nos mostrando a importância da prática educacional revolucionária da/para sociedade, Kassick (2008) fez um

resgate na educação brasileira no início do século XX, com uma perspectiva libertária para proporcionar fatos não relatados na história educacional, relacionando os dois fatores já citados nos quais estreitam laços dos operários e o enfrentamento para o desenvolvimento da própria existência para conjuntura libertária.

Junior (2011) ainda faz o resgate de alguns aspectos que influenciam o pontapé inicial do modelo educacional libertário no Brasil, no entanto as diferenças nos interesses das classes se desencontram dos objetivos públicos, pois enquanto o proletariado busca uma perspectiva que favoreça sua classe por tantos benefícios dados a burguesia e quem produz a mão de obra permanece em situações de precarização, a classe dominante utiliza do discurso de ordem natural de desenvolvimento social como base para manter esse desequilíbrio público. Com isso, surge o interesse de denunciar as diferenças entre o público que explora e o que sempre é explorado, interesse esse onde a classe explorada se dedica a contrariar os interesses da burguesia.

Tais influências do modelo educacional europeu baseado em ideologias anarquistas, conduz ao retrato educativo brasileiro para as perspectivas libertárias, servindo mais tarde, como base para opções pedagógicas. Não obstante, causaria no Brasil diversos impactos para a produção de uma educação anarquista, aproveitando o momento de euforia na educação, como os benefícios para classe trabalhadora, que surgem com a vinda desses imigrantes e as informações espalhadas sobre os princípios socialistas, possibilitando uma certa autonomia para as fundações educativas. (JUNIOR, 2011)

3.2 Como a educação anarquista pode ser mais adequada para inclusão

Segundo Gallo (1990) é pertinente todas as formas de integrar o sujeito para que não exista essa relação de dependência de uma categoria outra para que as pessoas se fortaleçam socialmente, o mesmo retrata a figura da inclusão e da liberdade numa perspectiva anarquista ao produzir uma reflexão do que mantém e corrobora com essas ações excludentes, são elas limitações a capacidade de crescimento humano, seja ele intelectual, financeiro, de saúde, físico ou de quaisquer oportunidade de gozo da vida onde os principais irresponsáveis por essa conjuntura são os políticos que ali governam sem lhes oferecerem condições para esse crescimento, segurança, inclusão com ações verdadeiramente modificantes ao ambiente e a informação necessário a todos.

Segundo Jaques e Silva (2013) por meio do coletivo que se permite as transições educacionais, onde a educação só ocorre quando há inclusão diversificada e possibilidades libertadoras de se fazer e perpetuar o ensino/aprendizagem. As perspectivas de mudança

podem iniciar a partir de uma política de divergências para com as ações discriminatórias ideológicas do atual modelo, os autores abordam sobre a importância de respeitar as diferenças e como deve-se valorizar os diversos tipos de conhecimentos sejam eles populares ou científicos.

É possível compreender a partir do que já foi supracitado por Bakunin (2003) que por meio dessas reflexões as ideias anarquistas adentram a educação a partir dos questionamentos anarquistas, onde a escola possibilita diferentes maneiras de se produzir ensinamentos sejam de formas informais ou com outras culturas de ensinamento. Explicita que a liberdade anarquista é um produto resultante dessa interação social que permite responsabilização, reciprocidade, e diversidade por todos e para todos além da adesão a sensibilidade e acessibilidade permitindo ser considerado as subjetividades nos contextos, dessa forma percebe-se com a mesma flexibiliza inclusão em diferentes circunstâncias.

O espaço escolar é facilitador de mudanças e crescimento é onde se inicia os processos de transformações de ideias e ações . No entanto, inclusão significa adicionar, compreender, englobar e aceitar , nesse seguimento a autora cita como colocar o conceito em prática pelo meio social de forma que ele se adapte a inserir as crianças com suas diferenças nos cenários comunitários de forma a aprender com elas. A escritora apresenta a lei de diretrizes e bases de 1996 que garante o direito de todas as crianças terem acesso a escola e pela constituição brasileira de 1988 a preservação do ensino fundamental especializado complementar, porém esse significativo não resguarda os direitos de exercício de outras atividades de liberdade de expressão como : religiosidade, questões de gênero, categorias sociais e diversidade, no qual se identifica uma lacuna nessa inclusão (FERREIRA, 2009; GALLO 1990)

Conforme o crescimento da educação anarquista e sua abertura à heterogeneidade, esta inclui e promove mudanças no atual modelo escolar, bem como transforma o ambiente por meio da compreensão, soma, ampliação para aceitação e promoção de políticas conscientizadoras que não excluam os sujeitos que necessitam de exercer seus direitos de liberdade em diferentes espaços sociais. Tendo em vista que a educação é a estratégia que mais se adequa a tais transformações, que cessa ou inibe situações que causam sofrimento através de constrangimentos, é executada por quem não conhece ou não se apropria de novas culturas educativas que permitem essas transfigurações particulares e coletivas (FERREIRA, 2009; GALLO 1990)

De acordo com Gallo (1990) o direito a liberdade a preparação e amparo para que a mesma se consume é algo que não é real pois impossibilita sua ocorrência, esse

mesmo pressuposto serve para as considerações de inclusão sobre o modelo educacional não inclusivo vigente, pois as crianças com necessidades de uma atenção integradora e inclusiva não dependem apenas do direito de inclusão, é preciso que o ambiente se prepare para que a mesma se formalize, assim como aponta Silva e Pires (2010) as medidas fundamentais para a ocorrência dessas ações é a instrução do próprio aluno por meio da conscientização e a garantia de seus direitos, pois são princípios básicos transformadores do ambiente social para a inserção no escolar, tendo em vista que uma sociedade conscientizada irá em busca de seus direitos e saberá falar sobre suas necessidades assim como se consumou as lutas iniciais sobre a consciência de classe pelo modelo libertário anarquista apontado por Junior (2011) que resgata como se dá o surgimento da educação anarquista que abarcava categorias menos favorecidas de conhecimentos ocupando todos os espaços sociais, conseguir uma qualidade de vida melhor através do aumento salarial e que acabou que se beneficiar conjuntamente com a área educativa promovida pelos espanhóis e italianos que proporcionavam essa pedagogia para todos.

A inclusão se concatena inicialmente com as propostas anarquistas ao considerar o lugar de fala de quem necessita para construir um campo adaptativo de acordo com as demandas para adaptar o social aos sujeitos incluídos, se caracteriza por uma autogestão para implementar essas medidas, com isso o modelo tradicional que além de excluir dentro da inclusão nos moldes já citados acima, esse caráter libertário pelo direito de fala e mudanças a partir da autogestão não se adequa ao modelo tradicional, à vista disso é pertinente a educação no modelo libertário anarquista (JUNIOR, 2011)

Ribas (2011) discorre diretamente sobre a inclusão através do modelo educacional anarquista ao considerar o corpo como um elemento para a representatividade como agente cultural visto no jornal a plebe com a representação das manifestações anarquistas onde esses libertários enaltece o corpo como meio que também proporciona culturas que na maioria são diferenciadas do que já existe por ser um aspecto subjetivo, a mesma critica essa tentativa de padronização pela busca de normatizar a todos e a todos que surge com as ideias e planejamentos de higienização comunitária em favor da revolução social, ela ainda afirma que o jornal promove um questionamento de que esses corpos são promotores de novas experiências sociais e não só o produto social de uma cultura unilateral, por meio disto se concebe a inclusão através da produção autônoma e liberta de diferentes culturas proporcionada por sujeitos que não se normatizam ao modelo convencional como para além disso criam o seu modelo.

Em contrapartida, Silva (2006) destaca as diferentes capacidades criativas e criadoras dos estudantes considerando-o em uma ampla de desenvolvimento seja ele no meio social, pela afetividade ou condições motoras, a integralidade pressupõe atender as diversificações existentes em um ser humano como potencial, além de viabilizar a conscientização pelos seus direitos educacionais é preciso motivá-los que assim como a anarquia na inclusão se busca a autonomia e liberdade por meio da libertação de dependência do padrão e de respeito a singularidade através da comunhão.

Gonzaga (2004) discute sobre o anarquismo no âmbito educacional propicia uma visibilidade as categorias excluídas pelo atual modelo educacional, onde se iniciou as diversas formas de opressão a essas categorias sejam elas por gênero, condição financeira ou algum limite doutrinador. Sofrimento que surge no processo de transição da exclusão para educação inclusiva, onde a mesma opera somente por uma lógica de adesão a acessibilidade e não sob a logística de integração. Um exemplo disso é um banheiro para cadeirantes quando na verdade deveria ter um banheiro que abarcasse a necessidade de todos, outro exemplo é a falsa integração do estudante surdo/mudo em sala de aula, pois o mesmo se relaciona diretamente com seu interprete e passivamente com os colegas de classe e outros professores quando ocorre essa comunicação.

Outra prática excludente que causa opressão é a obrigatoriedade de exercer atividades religiosas em sua maioria católica ou sempre voltada ao cristianismo, onde aqueles que se opõem por não carregarem essas práticas em sua vida são penalizadas pela escola, em sua maioria não podem se manifestar com outras culturas como crenças indígenas, de matrizes africanas ou até o ateísmo, sendo ainda repressivos com as crenças dos mesmos, entre outras práticas vivenciadas não só pela educação como na opressão social, pois na escola só se repete o que se vive fora dela (GONZAGA, 2004)

Pires e Silva (2010) fazem um apontamento sobre as razões existentes nas ações de exclusão ocorridas dentro do processo de inclusão escolar do ensino regular, os aspectos visíveis inicialmente é notório pela falta de estruturação física das escolas e as próprias salas de aula bem como a ausência de recursos para que os educadores possam exercer suas funções e dentro desses dotes cabe a formação especializada, preparo psicológico e didáticas. Falta profissionais especializados, tecnologias que abarquem as infra-estruturas, e materiais que deem suporte para todas essas questões. Dessa forma os moldes apresentados pelo ensino tradicional fortalece a exclusão quase que subliminar em vez de combater o que a fomenta.

Martins (2006) compartilha dessa ideia ao afirmar que as escolas tradicionais não pensam na particularidade dos sujeitos que estão sendo educados por um olhar normatizante que enquadra os seres humanos num modelo unilateral. Com isso, os estudantes que se inserem nesse modelo educacional são alvos de exclusão por não haver preparo para situações específicas dos que não se enquadram nessa padronização.

A exclusão dentro da inclusão se tornou visível a partir da década de 70 com crianças que eram destinadas a salas específicas em instituições educacionais de rede públicas por que as escolas tradicionais não as incluíam na sala de aula do modelo regular. Por ausência de metodologia e uma pedagogia que pensasse diferente para propiciar um ensino diferenciado, os educadores e espaços que deveriam possibilitar esse meio na verdade colocava a escanteio esses sujeitos. Assim, é necessário considerar que para as dificuldades de aprendizagem por exemplo é preciso um estudo aprofundado e avaliatório para que se compreenda qual a via de manejo é mais possibilitador a desenvolver as potencialidades da criança sem colocar como eixo principal a dificuldade de aprender da mesma forma que seus colegas, uma das deficiências técnicas nesse sentido é ausência de profissionais da psicologia nas escolas pela não obrigatoriedade como regra estatal, para além disso o professor necessita ser capaz de observar e compreender junto com o aprendente suas formas de absorção de conteúdo e de perpassar do mesmo ao professor em conjunto com a sala de aula para que o mesmo possa ser avaliado, bem como atender a expectativa de que não só o professor tem a ensinar e que é possível aprender uns com os outros. Para os alunos excluídos por sua diversidade ou deficiências é importante que se tenha um amparo emocional para atender as precariedades de desenvolvimento subjetivo e respeito ao direito de todos (SILVA, PIRES. 2010).

Segundo Pires e Silva (2007) o preconceito gerado pela falta de conhecimento e abertura aos modos de funcionamento diferenciados é um dos primeiros mecanismos que se pratica a exclusão, o medo de errar também faz com que as pessoas se afastem da possibilidade de mudança. Uma sociedade baseada na competitividade em que reproduz tanto em formato discursivo como de perspectiva de futuro faz com que a exclusão seja exercida inclusive quando se detêm um olhar especial para garantir os direitos das crianças com necessidades de visibilidade pelas suas exclusões, seja ela de demandas de raça, gênero, classe social ou limitações físicas/cognitivas.

Dessa maneira, Junior (2011) mostra através contextualização histórica do movimento anarquista no Brasil, que os meios de transformações partem do processo de promover conscientização partindo do ideal de liberdade dos anarquistas levando em consideração que

esse ideal não permite a exclusão de nenhum sujeito ou categoria, pelo contrário, a partir desse movimento que se propiciou as primeiras manifestações das classes excluídas para suas conquistas nos espaços sociais. Gonzaga (2004) corrobora com essas ideias ao apontar formas nas quais as classes excluídas foram oprimidas pelas classes dominantes, através da religião, divisão de sala de aula por gênero, e os principais beneficiadores com a exploração das minorias.

Jaques e Silva (2013) concluem seu artigo retratando as possíveis formas de se colocar em prática uma pedagogia libertadora inclusiva, por pensadores que impõem a lei como inclusão através de projetos anarquistas dentro do atual modelo educacional com estratégias de uma realidade comunitária e ações onde os mesmos sejam construtores ativos da sua própria história educacional através da dialética como processo. Essas metas só serão alcançadas por meio do encorajamento individual e coletivo dessa perspectiva educacional trazendo a integração social à escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem relevância pessoal por acarretar a descrição de conjunturas conflituosas de experiências própria bem como oportunizar o lugar de fala por quem vivenciou situações significativas ao tema. No que se refere ao âmbito social o mesmo propicia reflexões questionáveis a postura individuais e comunitária, assim como convectivo para gerar mudanças a partir do que o(a) leitor(a) se identifica referente ao contexto que está inserido(a). No quisito acadêmico a pesquisa beneficia como conteúdo para estudo, além disso cresce a produção referente ao tema no qual se tem escassez de material.

Sousa (2018) fala sobre o mesmo povo que luta por ditadura em 1964 se dedicar a retirar o governo regente em 1980, após as mudanças políticas houve-se melhorias na educação a partir do processo de defesa da democratização, com isso houve melhorias ao acesso escolar do ensino básico, redução de analfabetismo, alguns investimentos financeiros para a rede pública foram colocados em prática, leis de inclusão e lutas por direito de classe, tendo em vista que ainda há muito do que se melhorar e como apontado pelo autor, só de é possível mudanças através da revolução social para que a mesma interfira no modelo educacional.

Com o estudo e a relação das temáticas abordadas conclui-se que as dificuldades de inclusão correspondem também a falta de espaço para lugar de fala por parte de quem necessita, pela impossibilidade gerada por quem se beneficia com a dominação, que corresponde a luta pelos direitos sociais e educacionais através da liberdade anarquista que

por sua vez abarca a compreensão de todos os direitos e responsabilidades a ser exercido por meio da solidariedade e diversidade. Dessa forma percebe-se a importância da aliança entre a necessidade de conscientização social através da anarquia para o meio educacional verdadeiramente inclusivo.

Com o desígnio do que foi estudado e aqui exposto, sugere-se que para atender as diferentes demandas é necessário buscar sempre a compreensão de novas concepções para lidar de uma maneira positiva e que atenda as singularidades sem excluir a execução do direito de nenhuma pessoa, considerando as partes a partir da compreensão do todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKUNIN, Mikhail. **A instrução integral**. São Paulo: Imaginário, 2003.

BELMINO, M. C. de B. **A ontologia Gestáltica de Paul Goodman e seus desdobramentos clínicos, políticos e educacionais: gestalt-terapia, anarquia e desescolarização**. Revista IGT na Rede, v. 13, n. 25, p. 234–252, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Subsidiário: À política de inclusão**. / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Departamento de Políticas de Educação Especial. Brasília 2005.

_____. Senado Federal. **Lei brasileira de inclusão completa um ano com avanços na educação**. / Senado Federal, Secretaria de Política do Senado Federal, Senado Paulo Paim. Rido Grande do Sul. 2016.

CROSSELLI, Luiz. Resenha Vigiar e Punir. **Liberdades**, São Paulo, n.2 p.87-89, Set/Dez. 2009

DA SILVA, Rodrigo Rosa. **A Presença Ativa De Crianças Em Experiências De Educação Anarquista: A Escola Moderna**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=DA+SILVA%2C+Rodrigo+Rosa.+A+Presen%C3%A7a+Ativa+De+Crian%C3%A7as+Em+Experi%C3%A7%C3%A3o+Anarquista+%3A+A+Escola+Moderna.+&btnG=>> Acesso em : 20 Abr.2019.

FERREIRA, Michele Marcelina. **Educação Inclusiva: Inclusão de crianças com Síndrome de Down no ciclo I do ensino fundamental**. 2009. Disponível em: <<http://www.unisaesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC31441044850.pdf>> Acesso em: 20 Jun. 2019.

GALLO, Silvio. **Educação anarquista: por uma pedagogia do risco**. 1990. 311f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em:<<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251898>>. Acesso em: 13 Mai. 2019.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mário Lucio de Lima. **Políticas educacionais e a formação de**

professores para educação inclusiva no Brasil. 2003. Disponível em:

<<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/viewFile/1647/1055>>

Acesso em: 09 Jun. 2019

GONZAGA, Fernanda. **A história da educação anarquista e seu reflexo na sociedade brasileira.** 2004. Disponível

em:<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/Feranda%20gonzaga.pdf> Acesso em: 25 Mai. 2019.

JAQUES, C. J. ;SILVA, Iara L. Educação como um processo comunitário: um resgate de algumas ideias de pensadores preocupados com uma educação integral, inclusiva e libertadora. 2012. Disponível em:<<http://www.catolica-to.edu.br/portal/portal/downloads/riu/RIU8.pdf>> Acesso em : 01 jun. 2019.

JUNIOR , Willson Alviano. **Educação anarquista no brasil: Contexto histórico-social.** 2011. Disponível em: <

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/204>> Acesso em: 10 Abr. 2019.

KASSICK, Clovis Nicanor. **Pedagogia Libertária na história da educação brasileira.** 2008

Disponível em:<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/art09_32.pdf> Acesso em: 10 de Jun. 2019.

LEÃO, Denise Maria Maciel.**Paradigmas contemporâneos de educação: Escola tradicional e escola construtivista.** 1999. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a08>> Acesso em: 01 de Jun. 2019.

LUIZETTO,F. Utopias anarquistas São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, L. A. R. (org) **Inclusão compartilhando saberes.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Reflexões sobre inclusão com responsabilidade.** Revista @mbienteeducação, v.1, n.2, p.165-168, 2008. Disponível em:

<<http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/598/562>> Acesso em: 9 Mai. 2019.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva?** 2007. Disponível

em:<<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/10/1-o-que-e-educacao-inclusiva.pdf>> Acesso em: 09 Jun. 2019.

RIBAS, Ana Claudia. **Corpo, liberdade e anarquismo: perspectivas libertária nas páginas do jornal a plebe durante a primeira metade do século XX.** 2011.

Disponível em:<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308158834_ARQUIVO_artigoanpuh2011.pdf> Acesso em: 09 Mai. 2019.

PEREIRA, L. C. **História da educação.** 2017. Disponível em: <

<https://www.infoescola.com/pedagogia/historia-da-educacao/>> Acesso em: 06 Jun. 2019.

SAMPAIO , C. M. A.; SANTOS, M. S.; MESQUIDA, P. **Do conceito de educação À educação no neoliberalismo.** 2002. Disponível

e m : <<file:///C:/Users/Escola/Downloads/educa%C3%A7%C3%A3o>

%20e%20neoliberalismo.pdf> . Acesso em : 01 jun. 2019.

SFERRA, G, **Anarquismo e anarcossindicalismo**. São Paulo: D. Ática, 1987.

SOUSA, Everton. **Caderno de Pedagogia**. São Carlos, ano, 12. V.12, n.23, Jul/Dez. 2018.

SILVA, Daniela Amaral da. **Educação integral e anarquismo concepções e práticas**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2006. 53. Monografia (graduação). Faculdade de Pedagogia. Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/graduacao/pedagogia-presencial/DanielleAmaraldaSilva.PDF>> Acesso em: 09 Mai. 2019.

SILVA, João Roberto de Souza; PIRES, Ivens Hira. **Fatores responsáveis pela exclusão dentro do atual modelo de inclusão escolar**. 2010. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/inclusao/fatores.pdf> Acesso em: 09 Mai. 2019